

As Originárias da Terra: enquadramento, jornalismo e feminismo indígena¹

Yasmin GATTO²

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG

RESUMO

A questão indígena é aguda e crônica e vem cada vez mais sofrendo ataques no contexto político conservador no qual vive o Brasil desde 2019, que se mostra intolerante e autoritário com todas as minorias. Este artigo tem como foco principal investigar como o jornal *O Globo* fez a cobertura da chamada “Primavera Indígena”, mas nosso interesse específico é entender como a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas foi relatada tendo como ferramenta teórico-metodológica os conceitos de enquadramento jornalístico, seleção de fontes, feminismo e decolonialidade.

PALAVRAS-CHAVE: enquadramento; jornalismo; mulheres indígenas; feminismo indígena; decolonialidade.

Introdução

A questão indígena ganhou grande destaque na imprensa nos últimos meses, em especial nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2021. O motivo é a chamada “Primavera Indígena” que tem reunido várias etnias em uma série de manifestações, atos, acampamentos, manifestos e pedidos de socorro, inclusive no âmbito internacional e na classe artística e musical do país, contra o PL 490 - do Marco Temporal.

Os indígenas decidiram erguer um acampamento permanente pela vida e demarcaram que são contrários à tese do marco temporal, que teve a votação iniciada pelo STF no dia 26 de agosto de 2021. Mais de 6 mil indígenas e apoiadores se reuniram por dias no Distrito Federal para marcar posição contrária ao PL. Esses atos já são considerados como a maior manifestação dos povos originários dos últimos tempos.

Particularmente neste governo, há grande discussão entre políticos, industriais, mineradoras e empresários do agronegócio, pois há o entendimento que as terras indígenas não podem ficar intocáveis, que elas precisam gerar algum tipo de lucro para o país, até mesmo a ministra da pasta à qual a Funai pertence atualmente quer abrir as terras para a produção agrícola comercial, ideia sustentada por todos os seus pares.

¹ Trabalho apresentado no GT 2 - Comunicação Popular e Alternativa, do PENSACOM BRASIL 2021.

² Doutoranda do Curso de Comunicação Social da UFMG, e-mail: yasminrgatto@gmail.com

A questão indígena é aguda e crônica, que vem cada vez mais sofrendo ataques no contexto político conservador no qual vive o Brasil desde 2019, que se mostra intolerante e autoritário com todas as minorias, principalmente com os indígenas que são acusados de estarem em terras que poderiam gerar dividendos ao bloco econômico hegemônico no país.

Junto ao “Acampamento Luta Pela Vida”, também foi organizada entre os dias 7-11 de setembro a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas que somou forças à luta, reunindo mais de 4 mil mulheres.

Este artigo tem como foco principal investigar como o jornal *O Globo* fez a cobertura da “Primavera Indígena”, mas nosso interesse específico é entender como a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas foi relatada tendo como ferramenta teórico-metodológica os conceitos de enquadramento jornalístico, seleção de fontes, feminismo e decolonialidade.

Alguns apontamentos sobre os Povos Originários

Segundo Oliveira (2017), o processo de expropriação que recai sobre os povos originários do Brasil acontece desde o início da colonização, quando o país tinha cerca de 5 milhões de indígenas. O processo de expropriação ainda acontece no país, não mais pela condição colonial em que se vive, mas pela forma de país capitalista dependente que continua reproduzindo formas de acumulação em níveis semelhantes ao período colonial.

É com base nessa acumulação primitiva de capital (MARX, 2020) que os povos originários do país continuam sofrendo, sendo que as reservas indígenas, preservadas até hoje, em certas partes, são vistas como possíveis formas de geração e extração de riquezas. Araújo, Lutz, Grijó e Carvalho (2017) afirmam que há 896,9 mil pessoas declaradas indígenas, sendo identificadas 305 etnias e 274 línguas reconhecidas.

De acordo com Almeida (2018), a disputa por terras no Brasil é uma das principais causas de morte e as populações indígenas são as mais atingidas com isso, pois eles perdem não só a vida, mas o direito constitucional às terras asseguradas na Constituição de 88. Desde a época da colonização até os dias de hoje mantém-se uma atitude errônea em relação às populações indígenas do Brasil, como se a história deles fosse apenas a história dos povos brancos. Nos últimos anos, a tentativa de “integração” desses povos à nação gerou a descaracterização e a subjugação dos indígenas.

O debate sobre as terras indígenas voltou a ser pauta na agenda política, social e midiática no país nos últimos meses, pois a tese do marco temporal precisa ser votada. Essa é uma reivindicação encampada fortemente pelo governo Bolsonaro, que tem interesse em votar a favor do marco temporal, abrindo a possibilidade do avanço da mineração, do agronegócio e da pastagem nas reservas indígenas. Esta tese está ligada ao Projeto de Lei 490/2007 e é muito apoiada pela bancada ruralista, base do governo atual.

A tese ainda prevê que somente serão legais terras que estavam sobre o poder dos indígenas até o ano de 1988, data da Constituição. Os indígenas são contrários a esta decisão e afirmam nas manifestações que a existência deles não começou em 88. A decisão, se aprovada, deve afetar o processo de demarcação de 303 terras onde vivem cerca de 197 mil indígenas. Vale destacar que desde a posse do atual governo, nenhuma terra indígena foi demarcada.

O último evento testemunhado durante a produção desse estudo em relação à votação aconteceu no dia 15 de setembro, quando o ministro Alexandre de Moraes pediu vistas do processo sem data para a retomada.

Foi no bojo dessas discussões que 6 mil indígenas resolveram acampar em Brasília, em uma série de manifestações contra o marco temporal. O acampamento aconteceu do dia 22 de agosto ao dia 2 de setembro e teve uma vasta programação. Os povos indígenas ainda seguiram em luta presencial entre os dias 7 a 11 de setembro com a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas que teve como tema: “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra”. E é este evento que temos como base para o desenvolvimento deste artigo. O objetivo é analisar como o jornal *online* O Globo e como o órgão oficial de divulgação de notícias elaborado pelas indígenas - ANMIGA - cobriram esse evento e assim, traçar paralelos e tensões comparativas sobre a cobertura midiática e o enquadramento dado.

Povos originários e representação na grande imprensa

A questão da representação midiática dos povos indígenas é outra questão que deve ser levada em consideração. Segundo Acosta e Cruz (2019), na mídia tradicional ainda se representa os indígenas de forma muito fantasiosa com simbologia de artefatos, penas, arco e flecha e principalmente como um indígena que vive na aldeia, dentro de uma oca. Para Sousa (2008)

Tradicionalmente marginalizado, o indígena, que não se enquadra no quesito formato do produto notícia destas empresas jornalísticas, torna-se um incômodo para estes veículos de informação, já que a realidade destes povos contesta o estilo padrão de generalização e desafia a capacidade habitual de resumo destes jornalistas. Por isso, na ótica desses profissionais, em muitos casos, restringir as fontes, especialmente as fontes oficiais, mesmo não tendo prova da sua confiabilidade, é a melhor solução.

É como se o jornalismo tradicional não conseguisse dar conta dos aspectos sociais que precisaria ter para noticiar sobre eles. Por exemplo, no caso de publicar sobre a demarcação de terras, PL 490, é muito mais do que apenas uma questão de posse de terras, é uma questão de sobrevivência, uma questão de tradição, etc.

Alguns estudos sobre a representação dos indígenas na mídia, aqui destacado em (OTRE, 2007); (NEVES; CORRÊA, TOCANTINS, 2013); (LASMAR, 1999); (ARAÚJO, LUTZ, GRIJÓ, CARVALHO, 2017) apontam para uma representação insatisfatória, que qualifica o indígena sempre de forma exótica. De acordo com Melo, [s.d], p. 5

[...] índio só entra na pauta da imprensa em questões muito específicas: em primeiro lugar, quando é vítima ou autor de violência; em segundo, quando representa algo exótico ou inusitado, ou seja, no enfoque do inesperado. Questões como saúde, educação, ciência, terra e cultura indígenas não são enfocadas ou são tratadas segundo o senso comum formado sobre o índio, conceitos concebidos a partir da ideologia da classe dominante, no qual vigora um senso comum que reflete o pensamento e as ideias dessa classe dominante (MELO, [s.d], p. 5).

Nos últimos anos os indígenas estão em pauta por conta da disputa de terra e do avanço de mineração em suas reservas, outro tema de intensa cobertura foram os casos de Covid - 19 nas aldeias, que segundo dados da APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - 163 povos foram afetados e 1203 indígenas foram mortos pela Covid, entre eles vários anciãos que não puderem fazer ritual de passagem. Sem política de proteção e tendo os órgãos responsáveis cada vez mais negligenciados e sem recursos para garantir a permanência deles em suas terras, os indígenas estão vulneráveis, o que tornou as manifestações indígenas ainda mais necessárias.

As originárias

E quando se pensa sobre a representação da mulher indígena na mídia, tem-se um esvaziamento ainda maior. Segundo Lasmar “(...) a invisibilidade das mulheres indígena é um caso específico da invisibilidade dos próprios índios, categoria étnica e racial ainda atrelada, no senso comum, a representações enraizadas em fontes remotas” (1999, p. 3).

Segundo a autora, a concepção que a humanidade tem sobre o indígena, a é degradante e isso incidiu de forma ainda pior sobre as mulheres. Desde os relatos dos viajantes e cronistas no século XVI e XVII, Raminelli discute a misoginia presente no olhar do europeu sobre os ritos das mulheres Tupinambá, principalmente na questão da sexualidade. E tornar os colonizados em seres humanos nunca foi um objetivo do colonizador (LUGONES, 2014).

Essa concepção generalizava a equação entre o feminino e a luxúria: sexualidade supostamente exacerbada e falta de pudor - que da perspectiva dos primeiros observadores aparece como insígnia da decadência moral dos habitantes do Novo Mundo - eram atributos das mulheres; nesse caso, os homens indígenas foram relativamente poupados” (LASMAR, 1999, p. 4).

Podemos pensar que um olhar lançado às indígenas - exóticas, sexualizadas, folclorizadas, sujas, feias - na época da colonização, permanece até os dias atuais, com um discurso colonial divulgado na sociedade e reafirmado pela mídia (BORGES, 2016). Para a autora, por mais que os discursos sejam atuais, eles remetem sempre à mulher indígena rural e selvagem. Ela afirma,

Há um apagamento da mulher indígena em sites destinados à mulher, é a mulher inexistente na sociedade de mulheres atuantes, belas, saudáveis. É a visão do colonizador que prevalece na mídia, aquela retratada em “cartas de descobrimento”, ou seja, é um povo homogeneizado, é índio. Podemos, ainda, afirmar que a mulher indígena está em extinção nos discursos da mídia, é extinta dos quadros que falam, significam a mulher (BORGES, 2016, p.12).

Em 2020, uma pesquisa realizada por Araújo, Cardoso, D’Abreu, Wandenkolk e Silva sobre o enquadramento da mulher indígena na mídia, foi constatado que na maioria das reportagens analisadas, a mulher indígena não é fonte principal e que tem sempre alguém para falar por ela, em geral, um homem, que vão desde líderes indígenas, representantes de órgãos públicos a especialistas do assunto. “As indígenas mulheres têm que enfrentar o machismo estrutural posto dentro da aldeia e fora dela” (ARAÚJO; CARDOSO; D’ABREU, WANDENKOLK; SILVA, 2020, p.13).

Curriel (2007) corrobora com isso afirmando que “El feminismo indígena há cuestionado las relaciones patriarcales, racistas y sexistas de las sociedades

latinoamericanas, al mismo tiempo que cuestiona los usos y costumbres de sus propias comunidades y pueblos que mantienen subordinadas las mujeres” (CURIEL, 2007, p.99). A luta das mulheres indígenas não é apenas luta contra um machismo na sociedade, mas contra uma série de estruturas postas em seus territórios.

Método, recorte empírico e análise

Para fazer as análises empíricas, escolheu-se a análise de enquadramento, método bastante utilizado para pesquisa de materiais jornalísticos. Segundo Soares (2009), o enquadramento consegue pôr em evidência alguns vieses que estão implícitos na produção jornalística. O autor enfatiza que os fatores essenciais do enquadramento são seleção e ênfase, mas destaca-se que os três níveis da análise são: seleção, ênfase e exclusão (SOARES, 2009).

Destaca-se que os enquadramentos não são estáticos, eles se desenvolvem ao longo dos anos, de acordo com a mudança das estruturas políticas, de acordo com o entendimento dos jornalistas também, dos órgãos de imprensa e de acordo com a redefinição das estruturas das elites, podendo absorver ou mudar o discurso (SOARES, 2009).

Assim, alguns assuntos e seus enquadramentos podem mudar do campo incontestado para o campo contestado do discurso jornalístico, por meio dos esforços de desafiadores, entre os quais se encontram os movimentos sociais. Em razão desses desafios e porque o consenso da elite às vezes entra em crise, as notícias podem conter inconsistências, o que sublinha a necessidade de abandonar definições mecânicas de hegemonia, já que contradições e enquadramentos oponentes, às vezes, aparecem nos textos. **Os movimentos sociais estão entre os mais importantes desafiadores dos valores hegemônicos e sua habilidade de fazê-lo depende da sua eficácia em influenciar o discurso dos meios** (SOARES, 2009, p.7, grifos nossos).

Para a análise escolhemos as seguintes matérias do Jornal *O Globo*: “Marco Temporal: mulheres indígenas de 150 etnias organizam protestos em Brasília contra a tese”, a matéria é do dia 07 de setembro, e “Guardiãs da “mãe terra”: em Brasília, mulheres indígenas pressionam contra o marco temporal”, do dia 10 de setembro.

Na primeira matéria, pode-se observar que é um texto que anuncia a chegada de mulheres de diversas etnias, ainda sem singularizar os fatos, a equipe jornalística perpassa pelo manifesto feito pelas mulheres indígenas, explica o motivo da luta contra o marco

temporal e encerra a matéria sem falar com nenhuma fonte. O único momento em que a luta indígena é citada é por meio do trecho do manifesto que é colocado na matéria.



Material disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/marco-temporal-mulheres-indigenas-de-150-etnias-organizam-protestos-em-brasilia-contr-a-tese-25187792>

Já na segunda matéria analisada



Material disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/guardias-da-mae-terra-em-brasilia-mulheres-indigenas-pressionam-contr-a-marco-temporal-25192596>

Tem-se outro tipo de inserção no acontecimento, onde dois fatos devem ser considerados, um deles é a inserção da profissional no acampamento, vindo tudo de perto e o segundo fator é que ela é uma repórter mulher.

A jornalista começa o texto com a fala de uma liderança indígena que explica que há 527 anos o povo indígena vem sofrendo.

"Há quinhentos e vinte e um anos o povo indígena está sofrendo junto." A frase de Gilda Kuytá, 65 anos, liderança do povo Kaingang, tenta traduzir, nas palavras dela, o que leva cerca de 5 mil indígenas de 172 povos de todo o país a acamparem em Brasília pelo derrubada do marco temporal (O GLOBO, 2021).

Depois dessa fala, a jornalista relata que os povos indígenas estão há quase vinte dias longe de casa no acampamento para lutar contra o marco temporal, retrata a seca que afeta a capital federal e como incide na vida dos indígenas.

A repórter também traz várias falas das lideranças indígenas da marcha, inclusive expondo as condições que muitas delas enfrentaram para chegar até Brasília, passando dias e dias dentro de ônibus para chegar até ali. Do ponto de vista jornalístico, ao analisar esses dois materiais, pode-se considerar que o primeiro deles tem uma cobertura bem superficial do acontecimento, que não singulariza o fato. A segunda traz uma abordagem mais complexa da marcha, traz falas de lideranças indígenas, retrata um pouco das condições dos povos.

Analisando sob o viés da análise de enquadramento, tentando traçar paralelo com as duas matérias: o que ficou evidenciado? O que foi selecionado?

Em ambas matérias se tem: **Seleção:** Mulheres indígenas de diversas etnias; união entre as mulheres e os indígenas homens para lutar contra o marco temporal. Acampamento permanente; **ênfase:** Marco temporal. STF. 2ª Marcha das mulheres indígenas.

E mesmo que a jornalista, mulher, que é responsável pelo segundo texto tenha feito um processo “etnográfico” do acampamento/marcha, ela não consegue alcançar certas abordagens, que só poderiam ser passíveis de serem realizados se tanto a imprensa tradicional quanto a sociedade tivessem um conhecimento não colonial, que enxerga os indígenas como seres menores que não possuem direitos. Outra questão também percebida, é que a luta das indígenas é colocada como algo isolado, como se não pertencesse também à luta de todas as mulheres de forma unívoca.

Partindo para a análise das duas matérias elaboradas por jornalistas da ANMIGA - Associação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - sobre o mesmo acontecimento temos um enquadramento bem diferente, começando pelo enfoque dado pelos jornalistas. A primeira matéria analisada é intitulada: “II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas: “Não lutar com a mesma arma do inimigo, não significa que estamos desarmadas””, publicada no dia 7 de setembro de 2021.



Material disponível em: <https://anmiga.org/ii-marcha-nacional-das-mulheres-indigenas-nao-lutar-com-a-mesma-arma-do-inimigo-nao-significa-que-estamos-desarmadas/>

O texto já começa: “Mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade de todos os biomas começam a chegar em Brasília para a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga).

Com o tema “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra”, demarcando que são mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade, não pertencem aos povos, mas aos biomas, o que já dá uma sensação de unidade para elas. Outro ponto que merece destaque é que no texto, elas chegam “para enterrar de vez o marco temporal”, ou seja, as mulheres indígenas, chamadas de originárias da terra, são mãe e donas da terra e a elas cabe enterrar esse projeto do governo. O título fala sobre armas, que elas não lutam com as armas do inimigo, mas não estão desarmadas, vale destacar que um dos pontos altos dessa 2ª marcha foi a entrega de flores por parte das mulheres indígenas aos policiais.

“Com a força das ancestrais, saberes, tradições e lutas que se somam e convergem juntando mulheres de todos os biomas brasileiros...”, sempre tendo como destaque os saberes ancestrais, a luta, a tradição e elas são sempre referenciadas no texto como **guerreiras da ancestralidade**. O texto também traz um pouco do contexto sobre o marco temporal, a votação, o direito que eles têm à terra. E é bastante enfatizado que a mobilização é em defesa de seus direitos originários e contra a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional. Parece que o texto busca associar essas

guerreiras como defensoras de seu habitat, os biomas, é um recurso voltado a articular homem/natureza. Elas se tornam parte da vegetação, do clima e do relevo de uma parte do país, identificada não pelo mapa político (estado), mas pela articulação socioambiental.

“Na Luta a gente até passa perfume, mas se banha com proteção! Não lutar com a mesma arma do inimigo, não significa que estamos desarmadas”, afirma Célia Xakriabá, da organização da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Destaco a fala de Célia que fala um pouco do ritual que elas têm antes de seguir em marcha, o perfume, que não é uma simples essência, mas uma proteção que é dada pelas divindades indígenas sejam elas presentes na terra ou no “outro plano”. Outro ponto importante é que em nenhum momento o jornal *O Globo* falou sobre a segurança dessas mulheres ou mesmo da organização e neste texto tem um destaque que existem por trás da 2ª Marcha das Mulheres:

“Priorizando o bom funcionamento da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, o acampamento conta com múltiplas equipes, entre elas, jurídica, de segurança, saúde, comunicação e coordenação. Todas as equipes são coordenadas pelas mulheres guerreiras da ancestralidade dos seis biomas, em aliança com as guerreiras indígenas, junto com líderes e caciques” (ANMIGA, 2021).

Em outro trecho,

“Seguindo os protocolos sanitários, todas as delegações foram orientadas a priorizar a participação de pessoas que tiveram seu ciclo de imunização contra a Covid-19 completo. O uso de máscara durante as atividades é obrigatório, assim como a testagem na chegada e no retorno das delegações ao território, cumprindo período de quarentena. A equipe de saúde da Marcha conta com profissionais indígenas, que estão atuando em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fundação Oswaldo Cruz de Brasília e do Rio de Janeiro (Fiocruz DF e RJ), Ambulatório de Saúde Indígena da Universidade de Brasília (Asi/UNB), Secretaria de Saúde do Distrito Federal e Hospital Universitário de Brasília (HUB)” (ANMIGA, 2021).

O que mostra que para além de uma manifestação legítima, a marcha das originárias conta com estrutura, protocolos sanitários e apoios de entidades de saúde. Nenhum desses assuntos foi exposto pelo *O Globo*. Quando pensamos na categoria de exclusão temos alguns apontamentos que talvez só sejam encontrados se olharmos a mídia que está sendo produzida pela equipe de comunicação dos próprios indígenas.

O segundo texto analisado



Pela vida das mulheres, NÓS POR NÓS, pelas
crianças e anciãs, seguimos em marcha!

Marcha das Mulheres, Notas

Material disponível em: <https://anmiga.org/pela-vida-das-mulheres-nos-por-nos-pelas-criancas-e-ancias-seguimos-em-marcha/>

Traz o motivo para o adiamento da realização da marcha, que seria realizado no dia 9 de setembro e foi alterado para o dia 10 de setembro, pois as originárias decidiram resguardar suas vidas, visto que grupos extremistas e bolsonaristas estavam ameaçando os indígenas.

Grupos extremistas, fascistas, armados, muitos identificados com camisetas escrito “Agro” seguem invadindo a Esplanada dos Ministérios, com olhares coniventes do governo do GDF (Governo do Distrito Federal) e em apoio a Jair Bolsonaro. Em virtude disso, a Esplanada está bloqueada (ANMIGA, 2021).

No texto ainda há enfaticamente a pergunta: quem é o agro que financia esses criminosos? Quem são esses golpistas? E ainda continuam: “O Marco temporal é uma aberração jurídica, elaborada por aqueles que financiam essas manifestações antidemocráticas, e que a todo custo, historicamente, tentam calar nossa voz, subjugar nossos corpos, assim como já fizeram no passado” (ANMIGA, 2021).

No texto, ainda é assegurado que a mídia nacional e internacional está de olho no que está ocorrendo com os povos indígenas e que eles jamais permitirão violência novamente e que a luta é escrita a partir do chão de seus territórios. O texto é finalizado com frases de luta, “Jamais aceitaremos o arbítrio do governo genocida. Fora Bolsonaro. Marco Temporal Não. Demarcação JÁ” (ANMIGA, 2021).

E assinam a Anmiga, a Apib e todas as associações indígenas do país. Para pensar o enquadramento da 2ª Marcha das Mulheres Indígenas no jornal *O Globo* e no site da Anmiga pode-se considerar que segundo aspectos apontados acima, o jornalismo

tradicional pode alcançar algumas coberturas importantes como o que foi feito na 2ª matéria analisada, onde a jornalista traz falas importantes de líderes indígenas, mesmo que a ênfase e a seleção seja sobre o Marco Temporal, a Luta, manifestações contrárias ao governo, é somente nos textos da Anmiga que podemos encontrar a singularidade da luta desses povos, que é muito maior que apenas a demarcação de terras. Não é uma luta subjetiva, mas sim material, são corpos e vidas que estão sendo ameaçadas por uma política liberal.

Considerações

Considera-se que o jornal *O Globo* não dá conta de toda complexidade da questão indígena, e para, além disso, não dá conta da questão das originárias da terra, que se colocam como filhas e herdeiras dos saberes ancestrais. Os textos publicados no *site* da ANMIGA deixa essas questões claras, é lá que o público-leitor tem acesso às reivindicações, é lá que elas estão representadas como guerreiras da terra, as originárias, as que estavam aqui antes de qualquer colonizador. Elas se colocam para além de simples defensoras de “suas terras”, elas deixam explícito que a questão da demarcação das reservas indígenas vai além de qualquer idealização capitalista de ter terra, é uma defesa do meio ambiente que hoje padece com a exploração humana e, no Brasil, especificamente, por conta da mineração, do avanço da plantação de soja e cana-de-açúcar, desmatamento para fazer pasto, etc. Então, demarcar as terras indígenas é mais do que dar a eles pedaços de terras, é assegurar a vida deles e a vida da humanidade.

Pensando sobre a questão do enquadramento, na categoria de exclusão, acredita-se que os aspectos excluídos só podem ser abordados em uma mídia diferenciada, pois é lá que se delimita, por exemplo, o quanto são contrários ao agronegócio, coisa que os jornais convencionais não podem fazer, por mais que tenham um discurso crítico, nesse momento ao governo.

Como exposto acima, os enquadramentos não são estáticos, eles mudam de acordo com o cenário político da época e é o que pode ser visto na mídia convencional, que hoje, assume uma postura “contrária” a certas pautas do governo Bolsonaro, mas não consegue encampar tudo porque algumas reivindicações são de interesse desse seletivo grupo de empresários ao qual a imprensa brasileira pertence, pois segundo o Intervezes (2017), o Brasil tem alerta vermelho para o nível de concentração de mídia nos mais

diversos eixos, desde concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência e interferências econômicas, políticas e religiosas.

Outra questão da qual o jornal *O Globo* não dá conta é sobre os saberes ancestrais, “lutar sem a arma do inimigo, mas ser mais forte que ele”, lutar com seus ritos, com suas danças, com suas roupas e pinturas. E esse foi um aspecto muito forte trazido pelas indígenas que tentam reacender e perdurar a memória que foi apagada desde a colonização. Os colonizadores queriam apagar a memória dos povos para implantar o cristianismo e com isso os saberes sobre terra, cultivo, organização social, ecológica e cosmológica foram deixados de lado (LUGONES, 2014). E é na tentativa de mostrar isso para a sociedade, de reafirmar seus ritos em todas as esferas que as mulheres indígenas se colocaram na vanguarda da luta feminista brasileira.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, M. CRUZ, F. **Identidade dos Povos Indígenas na Mídia: um Comparativo da Cobertura de G1 de Carta Capital no Acampamento Terra Livre 2017.** In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre, 2019.
- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Minas Gerais: Letramento, 2018.
- ARAÚJO, G; LUTZ, C; GRIJÓ, W; CARVALHO, L. **Indígenas do Brasil e a Mídia: o que dizem as pesquisas.** In: Anais do 40º Intercom – Curitiba (PR), 2017.
- ARAÚJO, V; CARDOSO, Y; D’ABREU, P. WANDENKOLK, I; SILVA, S. **Indígenas mulheres e a pandemia no novo coronavírus: a questão do enquadramento.** In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020.
- BORGES, F. C. **Memória e (in)visibilidade: a mulher indígena discursivizada na mídia.** In: VI Colóquio – Brasil Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas. São Carlos, 2016.
- CURIEL, O. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista.** *Nómadas* (Col), núm.26, 2007.
- LASMAR, C. **Mulheres Indígenas: representações.** Vol. 7, No. 1 e 2 (1999) Número duplo - Dossiê Mulheres Indígenas. *Revista Estudos Feministas*.
- LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial.** *Estudos Feministas*, Florianópolis 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- MARX, K. A Assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. ENGELS, F. *História, natureza, trabalho e educação.* São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- NEVES, I; CÔRREA, M; TOCANTINS, R. **A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidade.** *Revista Moara – Edição 40 – jul - dez 2013, Estudos Linguísticos.*

OTRE, M.A.C. **Comunicação Alternativa entre os Indígenas de Dourados/MS: Mobilização Social ou Interferência nas Hierarquias Comunicativas?** Inovcom (São Paulo), 2007.

SOARES, M. **Representações, Jornalismo e a Esfera Pública Democrática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUSA, H. **A abordagem da questão indígena no jornal impresso: etnia pitaguary no Jornal O Povo.** Fortaleza - CE, 2008.